

Emendas à Medida Provisória 394/ 2007 de 21/09/2007

Nº	Autor	Resumo
394/ 2007	Poder Executivo	Prorroga até 2 de julho de 2008 o prazo para registro de armas; estabelece um escalonamento de valores das taxas de registro e renovação do certificado de registro de arma de fogo e de expedição e renovação de porte de arma de fogo.
1	Dep. Marcelo Itagiba (PMDB/ RJ)	Muda o Art. 25 acrescentando a doação das armas apreendidas para Instituições de Segurança Pública, acrescenta inciso referente a doação de armas encontradas e à renumeração das armas raspadas para a doação.
2	Dep. Dr. Ubiali (PSB/ SP)	Diz que as armas de fogo registradas em órgãos estaduais deverão ser automaticamente transferidos para a Polícia Federal
3	Dep. Valdir Colatto (PMDB/ SC)	Para a renovação do certificado do registro de arma de fogo de cano longo de alma raiada, calibre igual ou inferior .22 e ou .16 deverão cumprir apenas os requisitos dos incisos I e II do caput do art. 4º em período não inferior a três anos
4	Dep. Gonzaga Patriota (PSB/ PE)	Insere parágrafo único no art. 2º que diz que as disposições do artigo não alcançam as armas de fogo longas de uso permitido, as armas das Forças Armadas e Auxiliares, bem como as demais que constem dos seus registros próprios
5	Dep. Carlos Eduardo Cadoca (PMDB/ PE)	Diz que os valores expressos no Estatuto serão corrigidos automaticamente a cada ano, tomando como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, acumulado no período.
6	Dep. Marcelo Serafim (PSB/ AM)	Cadastrar as autorizações de porte de arma de fogo e as renovações expedidas pela Polícia Federal ou pelas Polícias Cíveis das Unidades da Federação.
7	Dep. Ilderlei Cordeiro (PPS/ AC)	Isenta de taxas o registro e renovação do certificado de registro de arma de fogo de cano longo e de alma raiada, calibre igual ou inferior a 22, e de alma lisa, calibre igual ou inferior a 16.
8	Dep. Gonzaga Patriota (PSB/ PE)	Emissão do Exército de registro para colecionadores, esportistas, caçador e atirador.
9	Dep. Moreira Mendes (PPS/ RO)	Muda o anexo que contém as taxas para registro, renovação, etc, baixando os valores

10	Dep. William Woo (PSDB/ SP)	Diz que a pessoa que tiver pago sob o regime da tabela de preços anterior fará jus a reembolso da diferença sem direito a correção monetária no prazo de 90 dias
11	Dep. William Woo (PSDB/ SP)	Aquele que tiver efetuado pagamento sob o regime da tabela anterior fará jus a crédito posterior para qualquer pagamento a ser feito ao SINARM. Tal crédito será equivalente ao valor pago a maior.
12	Dep. Jair Bolsonaro (PP/ RJ)	Muda o texto do artigo 4º excluindo a declaração de efetiva necessidade.
13	Dep. Pompeo de Mattos (PDT/ RS)	Muda o texto do §2 do art. 4º retirando limite para aquisição de munição
14	Dep. Pompeo de Mattos (PDT/ RS)	Define que testes de aptidão psicológica e tiro só devem ser feitos a cada 6 anos
15	Dep. Pompeo de Mattos (PDT/ RS)	Acrescenta §8º ao art. 4º: o interessado em adquirir uma arma de fogo de cano longo de uso permitido, de alma raiada de calibre inferior ou igual ao .22, e de alma lisa, e que comprove já ser proprietário de arma de fogo registrada com essas características, está dispensado automaticamente das exigências constantes do inciso III desse artigo.
16	Dep. Pompeo de Mattos (PDT/ RS)	Muda a redação do §1 do artigo 4º excluindo a necessidade de apresentação de antecedentes criminais apresentados pela Justiça Eleitoral e comprovação de não estar respondendo inquérito policial ou a processo criminal
17	Dep. Marcelo Serafim (PSB/ AM)	Insera Polícia Civil como categoria que poderá expedir registro de arma de fogo modificando do §1º do art. 5º
18	Dep. Marcelo Serafim (PSB/ AM)	Modifica o §2º do art. 5º dizendo que os incisos I, II e III do art. 4º (renovação) deverão ser comprovados em período não inferior à 10 anos
19	Dep. Gonzaga Patriota (PSB/ PE)	Modifica todos os §§ do artigo 5º, incluindo modificação do prazo para cadastramento para 10 anos
20	Dep. Moreira Mendes (PPS/ RO)	Modifica os §§ 2º e 4º do artigo 5º aumentando o período para renovação para 10 anos
21	Dep. Moreira Mendes (PPS/ RO)	Prazo para renovação de registro para 31/12/2008
22	Dep. Marcelo Serafim (PSB/ AM)	Altera o §3º do artigo 5º para 10 anos (cadastramento)
23	Dep. Pompeo de Mattos (PDT/ RS)	Altera §4º do artigo 5º (renovação arma de cano longo) para 6 anos

24	Dep. Pompeo de Mattos (PDT/RS)	Acrescenta §5º ao art. 5º: havendo interesse do ente federativo, poderá a Polícia Federal celebrar convênio com as Secretarias de Segurança do Estado e do Distrito Federal para expedição do certificado de registro e recadastramento de armas de fogo
25	Dep. Pompeo de Mattos (PDT/RS)	Modifica §5º do art. 6º e acrescenta §1 ao §5º do mesmo: concede porte de arma longa a residentes, trabalhadores e pesquisadores de áreas rurais ainda que não tenham porte
26	Dep. Gonzaga Patriota (PSB/ PE)	Estipula prazo até 31/12/2008 para renovação dos registros expedidos por órgãos estaduais e três anos para armas longas, retirando requisitos, além de conceder porte de arma concedida pela corporação e particular ainda que fora de serviço para as categorias I, II, III, V, VI, VII e X do art.6º.
27	Dep. Gonzaga Patriota (PSB/ PE)	Estabelece prazo não inferior a 3 anos para renovação de registro e isenta de taxas proprietários de armas calibre igual ou inferior a .22 e .12
28	Dep. Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP)	Acrescenta art. 5ºA que diz que podem ser registradas armas de fogo sem necessidade de comprovação de origem que tenham sido fabricadas há mais de 5 anos
29	Dep. Pompeo de Mattos (PDT/RS)	Insera 5§§ ao §3º do art 5º que diz que o "recadastramento prévio" poderá ser feito via internet
30	Dep. Valdir Colatto (PMDB/ SC)	Acrescenta §4º ao art. 5º e §3º ao art. 11º e parágrafo único ao art. 30º : estabelece normas para o recadastramento de armas longas, isenta proprietários de armas longas de taxas e dá prazo de 1 ano para os residentes de áreas rurais para comprovarem necessidade
31	Dep. Vilson Covatti (PP/ RS)	Estabelece prazos de renovação para proprietários de armas de fogo de cano longo, os isenta de taxas, e prorroga para um ano prazo para os moradores de áreas rurais de comprovarem devida necessidade de arma de fogo.
32	Dep. Lael Varella (DEM/ MG)	Idem a anterior
33	Dep. Jair Bolsonaro (PP/ RJ)	Acrescenta quadro efetivo de agentes e guardas prisionais, escolta de presos e guardas portuárias a portar arma particular ou da respectiva corporação ainda que fora de serviço
34	Dep. Valdir Colatto (PMDB/ SC)	Porte ainda que fora do serviço e com arma particular para diversas categorias
35	Dep. Lael Varella (DEM/ MG)	Idem a anterior
36	Dep. Vilson Covatti (PP/ RS)	Idem a anterior
37	Dep. Valdir Colatto (PMDB/ SC)	Permite aos residentes de áreas rurais porte de arma longa

38	Dep. Vilson Covatti (PP/ RS)	Permite aos residentes de áreas rurais porte de arma longa
39	Dep. Marcelo Serafim (PSB/ AM)	Inserir trabalhadores e pesquisadores na definição autorização de porte de arma longa para áreas rurais
40	Dep. Valdir Colatto (PMDB/ SC)	Aos residentes e trabalhadores de áreas rurais e ou florestais será concedido o porte de arma de fogo longa de uso permitido
41	Dep. Vilson Covatti (PP/ RS)	Aos residentes e trabalhadores de áreas rurais e ou florestais será concedido o porte de arma de fogo longa de uso permitido
42	Dep. Onyx Lorenzoni (DEM/ RS)	Autoriza aos residentes de áreas rurais porte de arma de fogo longa de uso permitido nas áreas rurais
43	Dep. Gonzaga Patriota (PSB/ PE)	Autoriza aos residentes de áreas rurais porte de arma de fogo longa de uso permitido nas áreas rurais
44	Dep. Gonzaga Patriota (PSB/ PE)	Autoriza aos residentes de áreas rurais porte de arma de fogo longa de uso permitido nas áreas rurais
45	Dep. Lael Varella (DEM/ MG)	Autoriza aos residentes de áreas rurais porte de arma de fogo longa de uso permitido nas áreas rurais
46	Dep. Lael Varella (DEM/ MG)	Autoriza aos residentes de áreas rurais e/ ou florestais e pesquisadores porte de arma de fogo longa de uso permitido nas áreas rurais
47	Dep. Afonso Hamm (PP/ RS)	Autoriza aos residentes de áreas rurais porte de arma de fogo longa, de uso permitido
48	Dep. Perpétua Almeida (PC do B/ AC)	Permite a venda de insumos vazios de munições (estojo vazio, pólvora, chumbo e espoleta) para as categorias no §5 do art. 6
49	Dep. Pompeo de Mattos (PDT/ RS)	Dá porte à policiais e militares aposentados e a reservistas remunerados entre outras providências
50	Dep. Gonzaga Patriota (PSB/ PE)	Dá porte à policiais aposentados sem nenhuma exigência
51	Dep. Jair Bolsonaro (PP/ RJ)	Dá porte a oficiais e praças com estabilidade assegurada das Forças Armadas, em todo o território nacional, e aos demais integrantes
52	Dep. Gonzaga Patriota (PSB/ PE)	Dá porte a integrantes de todas as Guardas Municipais
53	Dep. Arnaldo Faria de Sá (PTB/ SP)	Dá porte aos integrantes da Guarda Municipal, oficiais da Justiça, auditores fiscais do Trabalho, da Receita Federal, das Receitas Estaduais, fiscais do Ibama, advogados e agentes dos Departamentos Estaduais de Trânsito

54	Dep. Arnaldo Faria de Sá (PTB/ SP)	Dá porte aos integrantes da Guarda Municipal com mais de 25.000 habitantes, oficiais da Justiça, auditores fiscais do Trabalho, da Receita Federal, das Receitas Estaduais, fiscais do Ibama, advogados e agentes dos Departamentos Estaduais de Trânsito
55	Dep. Pompeo de Mattos (PDT/ RS)	Dá porte aos integrantes das Guardas Municipais com mais de 20.000 habitantes e menos de 500.000
56	Dep. Pompeo de Mattos (PDT/ RS)	Dá porte aos integrantes das Guardas Municipais com mais de 40.000 habitantes e menos de 500.000
57	Dep. Jair Bolsonaro (PP/ RJ)	Dá porte aos integrantes do quadro efetivo dos agentes e guardas prisionais, os servidores civis que desempenham função de segurança nos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, os integrantes das escoltas de presos e as guardas portuárias
58	Dep. Arnaldo Faria de Sá (PTB/ SP)	Dá porte aos integrantes da Carreira de Procurador da Fazenda Nacional, de Auditoria Fiscal do Trabalho, cargo Auditor-Fiscal do Trabalho, e de Auditoria da Receita Federal do Brasil, composta pelos cargos de Auditoria Fiscal da Receita Federal do Brasil, de Analista Tributário da Receita Federal do Brasil
59	Dep. João Dado (PDT/ SP)	Dá porte aos integrantes das Carreiras de auditores fiscais ou equivalentes das Receitas Estaduais e Distritais
60	Dep. João Dado (PDT/ SP)	Dá porte aos integrantes da Carreira de Auditoria da Receita Federal, Auditores-Fiscais e Técnicos da Receita Federal, e os servidores fiscais das administrações fazendárias distrital, estaduais e municipais.
61	Dep. Pompeo de Mattos (PDT/ RS)	Dá porte ao quadro efetivo do Poder Judiciário que exerçam função de segurança de magistrados, servidores e visitantes
62	Dep. Márcio França (PSB/ SP)	Porte aos oficiais de Justiça
63	Dep. Valdir Colatto (PMDB/ SC)	Acrescente §XI ao art. 6 que dá porte a todos os profissionais, devidamente comprovado, que atuam na área de segurança privada
64	Dep. Valdir Colatto (PMDB/ SC)	Porte aos caminhoneiros que realizam transporte de cargas variadas
65	Dep. Arnaldo Faria de Sá (PTB/ SP)	Acrescente §XI ao art. 6 que dá porte a todos os profissionais, devidamente comprovado, que atuam na área de segurança privada
66	Dep. Arnaldo Faria de Sá (PTB/ SP)	Porte aos caminhoneiros que realizam transporte interestadual de cargas variadas
67	Dep. Vilson Covatti (PP/ RS)	Porte aos advogados
68	Dep. Vilson Covatti (PP/ RS)	Acrescente §XI ao art. 6 que dá porte a todos os profissionais, devidamente comprovado, que atuam na área de segurança privada

69	Dep. Arnaldo Faria de Sá (PTB/ SP)	Acrescente §XI ao art. 6 que dá porte a todos os profissionais, devidamente comprovado, que atuam na área de segurança privada
70	Dep. Arnaldo Faria de Sá (PTB/ SP)	Porte aos advogados
71	Dep. Lael Varella (DEM/ MG)	Acrescente §XI ao art. 6 que dá porte a todos os profissionais, devidamente comprovado, que atuam na área de segurança privada
72	Dep. Fernando de Fabinho (DEM/ BA)	Acrescente §XI ao art. 6 que dá porte a todos os profissionais, devidamente comprovado, que atuam na área de segurança privada
73	Dep. Afonso Hamm (PP/ RS)	Porte aos caminhoneiros que realizam transporte interestadual de cargas variadas
74	Dep. Afonso Hamm (PP/ RS)	Porte aos caminhoneiros que realizam transporte interestadual de cargas variadas
75	Dep. Lael Varella (DEM/ MG)	Porte aos advogados
76	Dep. Gonzaga Patriota (PSB/ PE)	Porte aos caminhoneiros que realizam transporte interestadual de cargas variadas
77	Dep. Gonzaga Patriota (PSB/ PE)	Porte aos advogados
78	Dep. Fernando de Fabinho (DEM/ BA)	Insera 2 §§ no art 6: porte aos integrantes da Carreira da Receita Estadual e oficiais da Justiça, fiscais do trabalho e fiscais do Ibama
79	Dep. Vilson Covatti (PP/ RS)	Insera 2 §§ no art 6: porte aos integrantes da Carreira da Receita Estadual e oficiais da Justiça, fiscais do trabalho e fiscais do Ibama
80	Dep. Pompeo de Mattos (PDT/ RS)	Porte para polícias legislativas estaduais
81	Dep. Gonzaga Patriota (PSB/ PE)	Porte para Oficiais de justiça, fiscais do Trabalho, fiscais da receita e fiscais do Ibama
82	Dep. Pompeo de Mattos (PDT/ RS)	Porte aos integrantes da administração pública direta, indireta e funcional, que exerçam funções de segurança, fiscalização ou auditoria
83	Dep. Pompeo de Mattos (PDT/ RS)	Porte para oficiais de Justiça
84	Dep. Pompeo de Mattos (PDT/ RS)	Insera 4 novos §§ ao art. 7 e trata sobre cancelamento de porte, transferência, munições, apetrechos para empresas de segurança privada
85	Dep. Marcelo Serafim (PSB/ AM)	Determina que o porte Estadual é de responsabilidade da Polícia Civil

86	Dep. Gonzaga Patriota (PSB/ PE)	A competência da Polícia Federal a que se refere este artigo será exercida pelos órgãos de segurança pública dos Estados, desde que autorizado por lei estadual específica
87	Dep. Pompeo de Mattos (PDT/ RS)	Instala valores máximos para teste de tiro e aptidão psicológica
88	Dep. Pompeo de Mattos (PDT/ RS)	Isenção de pagamento de taxas à várias classes, como auditores, porte de cano longo, etc.
89	Dep. Moreira Mendes (PPS/ RO)	Ficam isentos de taxas o registro e a renovação do certificado do registro de arma de fogo de cano longo de alma raiada, calibre igual ou inferior a .22, e de alma lisa, calibre igual ou inferior a .22.
90	Dep. Onyx Lorenzoni (DEM/ RS)	Ficam isentos de taxas o registro e a renovação do certificado do registro de arma de fogo de cano longo de alma raiada, calibre igual ou inferior a .22, e de alma lisa, calibre igual ou inferior a .22.
91	Dep. Pompeo de Mattos (PDT/ RS)	Não configura crime a posse ou manutenção de munição inerte
92	Dep. Marcelo Serafim (PSB/ AM)	Diz que o crime previsto no art. 14 não é inafiançável, salvo quando for arma de fogo longa, de médio ou baixo calibre
93	Dep. Pompeo de Mattos (PDT/ RS)	Não configura crime o disparo de alerta, assim definido crime o tiro dado para o alto, em legítima defesa e em local que não ofereça risco à vida, integridade ou patrimônio de outrem
94	Dep. William Woo (PSDB/ SP)	Modifica pena de reclusão por posse ou porte de arma de uso restrito de 6 para 10 anos
95	Dep. William Woo (PSDB/ SP)	Modifica a pena de reclusão por comércio ilegal de arma de fogo de 4 a 6 anos e multa para 6 a 12 anos de reclusão
96	Dep. William Woo (PSDB/ SP)	Modifica pena de reclusão por tráfico internacional de arma de fogo de 4 a 8 anos mais multa para 6 a 12 anos
97	Dep. Marcelo Serafim (PSB/ AM)	Modifica o art. 22 para: Os Estados e o Distrito Federal poderão celebrar convênios com órgãos do Governo Federal para o cumprimento do disposto nesta Lei.
98	Dep. Pompeo de Mattos (PDT/ RS)	Modifica a redação do art. 23 e insere §4 inserindo armas produtos obsoletos e de valor histórico. Diz que os clubes de tiro e atiradores só poderão adquirir insumos e máquinas de recarga de munição exclusivamente para suprimento de atividade desportiva nos termos do Comando do Exército

99	Dep. Pompeo de Mattos (PDT/RS)	Doação de armas apreendidas
100	Dep. Gonzaga Patriota (PSB/PE)	Doação de armas apreendidas
101	Dep. Andrea Zito (PSDB/RJ)	Doação de armas apreendidas
102	Dep. Gonzaga Patriota (PSB/PE)	Permite arma de uso restrito para policiais
103	Dep. Gonzaga Patriota (PSB/PE)	Permite arma de uso restrito para policiais
104	Dep. Pompeo de Mattos (PDT/RS)	Inserir novas categorias aos quais poderão adquirir arma de fogo antes dos 25 anos e inserir parágrafo referente a condições para o atirador adquirir arma
105	Dep. Perpétua Almeida (PC do B/AC)	Prorroga prazo para os residentes em áreas rurais comprovarem efetiva necessidade de arma de fogo
106	Dep. Pompeo de Mattos (PDT/RS)	Retira prazo para os possuidores de arma de fabricação nacional sem registro requerer o mesmo apresentando nota fiscal de compra
107	Dep. Gonzaga Patriota (PSB/PE)	Diz que os possuidores de armas fabricadas até janeiro de 2004 e não registradas, deverão solicitar o seu registro apresentando nota fiscal de compra
108	Dep. Pompeo de Mattos (PDT/RS)	Os possuidores e proprietários de armas de fogo poderão entregá-las espontaneamente mediante recibo, e, presumindo-se boa fé, poderão ser indenizados, ficando extinta a punibilidade do crime previsto no art. 12
109	Dep. Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP)	Os possuidores e proprietários de armas de fogo poderão entregá-las espontaneamente mediante recibo, e, presumindo-se boa fé, poderão ser indenizados
110	Dep. Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP)	Diz que instituições Policiais, Federais e Estaduais, poderão registrar armas de calibre restrito legalmente adquiridos
111	Dep. Pompeo de Mattos (PDT/RS)	Aplicação de multa por parte do Comando do Exército ou Polícia Federal a empresas que facilite, promova, faça, permita transporte de arma, munição... e/ou realize publicidade para venda estimulando uso...
112	Dep. Pompeo de Mattos (PDT/RS)	Propaganda na mídia nacional sobre direito e dever sobre o cadastramento e do controle das armas de fogo
113	Dep. Pompeo de Mattos (PDT/RS)	O direito do integrantes de Polícias e instituições públicas do gênero a ter colete à prova de balas, arma e munição que serão devolvidos no caso de aposentadoria, exoneração...

114	Dep. Pompeo de Mattos (PDT/ RS)	O Ministério da Justiça e da Saúde em conjunto poderão editar normas para obter informações de tratamento psiquiátrico para determinar incapacidade para posse ou porte de armas
115	Dep. Jair Bolsonaro (PP/ RJ)	Isenta reservistas remunerados e aposentados das Forças Armadas e policiais de teste de aptidão psicológica
116	Dep. Jair Bolsonaro (PP/ RJ)	Aquisição de munição só no calibre da arma registrada não superior a 200, não podendo manter estoque
117	Dep. Beto Albuquerque (PSB/ RS)	Isenta de taxas armas longas e curtas que atenderem as especificidades encontradas na emenda anexa
118	Dep. Dr. Ubiali (PSB/ SP)	Altera a tabela de taxas
119	Dep. Valdir Colatto (PMDB/ SC)	Altera a tabela de taxas
120	Dep. Gonzaga Patriota (PSB/ PE)	Altera a tabela de taxas
121	Dep. Carlos Eduardo Cadoca (PMDB/ PE)	Altera a tabela de taxas
122	Dep. Moreira Mendes (PPS/ RO)	Permite que a Polícia Civil autorize porte, compra de munição somente no calibre da arma e diz que a Expedição do Registro poderá ser feito pelas Polícias Civil e Federal. Tentativa de editar o Estatuto para "adaptar à realidade amazônica"
123	Dep. Eduardo Sciarra (DEM/ PR)	Altera a tabela de taxas